

Corrupção e cultura política juvenil no Sul do Brasil

Corruption and youth political culture in Southern Brazil

■ Marcus Vinícius Deorristte dos Santos, Marcelo Baquero e
Jennifer Azambuja de Moraes

Resumo

O aumento da apatia política e da desconfiança nas instituições brasileiras vêm sendo cada vez mais investigados, com o intuito de compreender como esses fatores impactam o tipo de cultura que se institucionaliza no país. Além desses fatores a ocorrência recorrente de casos de corrupção tem desempenhado um papel decisivo no sentimento de insegurança entre os cidadãos, especialmente entre os jovens. Neste artigo analisamos a relação entre a exposição dos casos de corrupção na mídia e a formação do tipo de cultura política dos jovens no Sul do Brasil. Via uso de amostragem probabilística analisamos as atitudes e comportamento dos jovens (de 13-24 anos), no Sul do país entre 2015 e 2016, realizada pelo NUPESAL/UFRGS.

Palavras-chave:

Socialização Política; Cultura Política; Corrupção; Meios de Comunicação.

Abstract

The increase of citizens political apathy and distrust in Brazilian institutions have been in the political scientists' agenda seeking to understand how these factors impact the type of political culture institutionalized in the country. The recurrent occurrence corruption has had a decisive role in the feelings of insecurity among the citizens, especially among young people. In this article, we analyze the relationship between how the media exposes the cases of corruption and the type of political culture of young citizens in the South of Brazil. Through survey sampling, we analyze young people's attitudes and behavior towards politics (13 to 24 years old) between 2015 and 2016, conducted by NUPESAL / UFRGS.

Key-words

Political Socialization; Political Culture; Corruption; Media.

Introdução

Nos últimos anos, o Brasil tem vivenciado um período de crise de natureza política, social e moral. A conjunção de fatores internacionais como a turbulência na economia mundial e, internamente, com escândalos de corrupção no país, amplamente divulgados pelos meios de comunicação, como Mensalão e Lava-Jato, contribuiu para criar um clima de insegurança, aumentando a apatia política e a desconfiança nas instituições. Esses elementos geram incerteza sobre a estabilidade do sistema democrático no futuro.

Como exemplo, dessa incerteza, pode-se apontar a redução drástica do número de candidatos do PT (partido do governo) eleitos nas últimas eleições municipais. Pensamos que isso sugere a emergência de uma reação conservadora e de rejeição aos partidos de esquerda que atinge também diversos países da América Latina, Europa e até mesmo os Estados Unidos da América.

Neste contexto, os jovens são os mais afetados pelas dificuldades de encontrar colocação no mercado de trabalho, além disso não encontram na política e nas suas instituições caminhos para saírem desta situação, e desenvolvem representações sobre estas como algo alheio à sua realidade. Visto que a imagem difundida nos meios de comunicação é a de que os políticos, generalizadamente, em vez de trabalharem para minimizar o quadro de desigualdades sociais existentes no país, corroboram para a manutenção do *status quo*, o ceticismo e o distanciamento dos jovens é ainda mais agravado. Desse modo, em um país onde a cultura política do povo já é uma cultura de resignação – em que impera o desinteresse, a falta de participação e a desconfiança nas instituições políticas –, é importante compreender as formas como estes aspectos são interiorizados a partir da juventude (BAQUERO, 2004).

Pontualmente, portanto, este artigo problematiza como ocorre o processo de internalização e decodificação das representações políticas dos jovens, e como essas crenças estruturam um tipo de cultura política. Contribuindo, na área da Ciência Política, para o aprofundamento de estudos sobre jovens e suas crenças, valores, atitudes e comportamentos, visto que poucos são os estudos com esta temática no Brasil. Por isso, o objetivo é analisar se existe uma relação entre a exposição dos casos de corrupção na mídia e a formação da cultura política dos jovens no Sul do Brasil. Para atingir o objetivo proposto, o trabalho está ancorado no protocolo quantitativo, analisando dados da pesquisa “Democracia, mídias e capital social”, realizada pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (NUPESAL), entre os anos de 2015 e 2016, nas três capitais da região Sul do Brasil (Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba), com 2.035 jovens, entre 13 e 24 anos de idade, de escolas públicas e privadas (do 1º ao 3º ano do ensino médio) selecionados via amostra probabilística.

O artigo está dividido em quatro partes. A primeira apresenta o conceito de socialização política e seus agentes socializadores, especialmente, os meios de comunicação, ressaltando o papel educativo da TV e da internet. Em seguida, discutimos sobre a corrupção como uma característica, historicamente, presente na cultura política brasileira. Na terceira seção debatemos sobre a cultura política no Brasil, apontando suas principais características como clientelismo, autoritarismo, populismo e apatia política, que caracterizam uma cultura política híbrida e de resignação. Por fim, na parte analítica, trazemos os dados sobre uso dos meios de comunicação, interesse por política,

participação política e confiança institucional dos jovens, apontando para o papel da internet como agente socializador e debatendo sobre o tipo de cultura política que está se constituindo entre os jovens do Sul do Brasil.

Socialização política e meios de comunicação

Estudos históricos relacionados a gênero, corpo e sexualidade são frequentes na atualidade. Este estudo, especificamente, propõe-se a compreender como historicamente se dava a diferenciação e a formação da corporeidade do feminino e do masculino a partir de ideários binários relacionados a gênero e sexualidade. O contexto em que tal estudo se desenvolve é nas primeiras décadas do século XX.

Deve-se ter em conta que o entendimento de tais significações limita-se pelos documentos estudados, tendo em vista que uma análise global dessas conceituações viria a requerer o acesso a uma documentação muito mais ampla. Nesse sentido, o presente estudo limita-se a uma abordagem de como concepções de corpo, de gênero e de sexo eram veiculadas na imprensa, tanto de circulação nacional, como regional.

Para a sua realização, no entanto, foi necessário definir quais referenciais teóricos pautariam as categorias principais, com o intuito de embasar a investigação. Inicia-se com as concepções de gênero, as quais basearam-se em Scott (1995). Conforme a autora:

Na gramática, o gênero é compreendido como uma forma de classificar fenômenos, um sistema socialmente consensual de distinções e não uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que torna possíveis distinções ou agrupamentos separados.

Na sua utilização mais recente, o termo "gênero" parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual". O termo "gênero" enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade (SCOTT, 1995, p. 72).

Salienta-se que o presente estudo, a partir das afirmações de Scott, compreende gênero como uma construção social e cultural, a qual não se embasa em características biológicas, mas foi historicamente construída a partir de relações sociais. A autora destaca, também, que o termo "gênero" também pode designar as relações sociais entre os sexos, pois rejeita explicações biológicas deterministas, tais como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina.

Torna-se relevante mencionar que, ainda segundo a autora, o termo "gênero": "[...] além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro" (SCOTT, 1995, p. 75). A autora segue: "Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino".

Scott (1995) enfatiza que essa utilização da ascepção de gênero sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetuaria o mito de que existem diferentes esferas e de que a experiência de um sexo, teria pouca relação com o outro. Nesse sentido, deve-se ter em conta que o estudo do feminino pressupõe uma relação com o masculino. Sendo assim, ao estudar o corpo e o gênero nas primeiras décadas do século XX, tem-se a compreensão do que era entendido como socialmente correto para o feminino e para o masculino.

Com relação ao estudo da sexualidade e sua relação com o gênero:

Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. Ainda que os/as pesquisadores/as reconheçam a conexão entre sexo e aquilo que os/as sociólogos/as da família chamaram de "papéis sexuais", esses/as pesquisadores/as não postulam um vínculo simples ou direto entre os dois (SCOTT, 1995, p. 75-76).

Torna-se imprescindível destacar que, conforme a autora: O uso de "gênero" enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade (SCOTT, 1995, p. 75-76).

Scott menciona os estudos de Catherine MacKinnon, a qual compreende que a sexualidade encontra-se vinculada ao feminino, assim como o trabalho ao marxismo. Nesse sentido, Scott destaca a afirmação de MacKinnon que entende que a sexualidade é o que mais pertence ao feminino, ao mesmo tempo em que é o que mais lhe é subtraído.

Maurice Godelier *apud* Scott:

[...] não é a sexualidade que assombra a sociedade, mas antes a sociedade que assombra a sexualidade do corpo. As diferenças entre os corpos, relacionadas ao sexo, são constantemente solicitadas a testemunhar as relações sociais e as realidades que não têm nada a ver com a sexualidade. Não somente testemunhar, mas testemunhar para, ou seja, legitimar (1995, p. 89).

Com relação ao corpo, autores como Vigarello (2011) indicam que o início do século XX caracterizou-se pelo "triunfo definitivo do exercício "construído", o de movimentos sistematizados, mecânicos e precisos, controlados com o único objetivo de aumentar os recursos físicos" (p. 199). O autor acredita que independente das oposições e querelas entre as diferentes correntes que se instituíam na área, propunham-se exercícios que visavam a educação do corpo: "[...]o corpo seria educado de acordo com um código analítico de progressão, músculo após músculo, parte após parte" (VIGARELLO, 2011, p. 199).

As fotografias que retratam práticas de Educação Física permitem o estudo das representações ideais de corpo e gênero presentes na sociedade no recorte temporal selecionado. Em primeiro lugar, faz-se necessário remeter às propostas higienistas bastante recorrentes durante o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Tais práticas inserem-se tanto no contexto de higiene física, como no de higiene moral.

Destaca-se que a compreensão de gênero, corpo e mesmo sexualidade com base no estudo da corporeidade por meio das imagens a que se propõe analisar encontram-se relacionadas aos ideais de civilidade presentes nas atividades retratadas. Trata-se de uma proposição ideal de corpo e sexualidade, pautada em propostas higienistas e conformadas com propostas binárias de gênero.

Segundo Berger e Luckmann (2008), socialização é o processo complexo e múltiplo de treino e desenvolvimento individual que conduz ao aprendizado de normas, valores e princípios que regulam uma sociedade. Essa teoria propõe a existência de duas fases de socialização: a socialização primária, que seria a socialização na infância, marcada pela influência da família, e a socialização secundária, que seria a sequência do processo de socialização, que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade.

Especificamente, “socialização política” é definida como o conjunto de experiências que, no processo de formação da identidade social do indivíduo na infância, influencia na construção do seu papel como ator (significativo ou não) no sistema político e nas crenças, atitudes e opiniões que ele desenvolve em relação à política e às instituições políticas (ALMOND, 1969; ALMOND e POWELL, 1972; BAQUERO, 1998; EASTON e DENNIS, 1969; SCHMIDT, 2001). É através da socialização política, de acordo com Almond e Powell (1972), que a cultura política se forma, se mantém e se transforma, processo pelo qual as atitudes e valores políticos adquiridos durante a infância são mantidos ou transformados na fase adulta, influenciando o comportamento político dos indivíduos e definindo o seu papel no sistema político.

De acordo com Keil (2004) atualmente grande parte do desinteresse pelo campo político está na ausência ou inadequação da socialização política da criança e do jovem pela família, escola e partidos políticos, impactando na ausência de valores políticos durante a formação do jovem brasileiro. Pesquisas constataram que uma parcela significativa dos jovens brasileiros não simpatiza com nenhum partido político, não possui interesse na política, não participa e não confia de forma geral nas instituições políticas (BAQUERO, 1997; SCHMIDT, 2001; NAZZARI, 2005; BAQUERO e BAQUERO, 2007; BAQUERO e CUNHA, 2010; ROBALLO, 2011; LUCAS, 2003; MORAIS, 2017; SILVEIRA e AMORIM, 2005; AMORIM, 2008). A insatisfação dos jovens, destaca Baquero (2004), impacta negativamente no processo de construção democrática. Para o autor é necessário examinar com cuidado os elementos que entram na formação das representações sociais dos cidadãos a respeito da política, pois eles incidem na configuração da cultura política. Um desses elementos, além das tradicionais agências de socialização política, refere-se ao papel que os meios de comunicação modernos desempenham na estruturação de normas, crenças, valores e atitudes dos jovens em relação à política.

Nessa perspectiva, conforme alguns autores (BAQUERO, 2004; MOISÉS, 2010; SCHMIDT, 2001), é necessário destacar os meios de comunicação de massa, pois estes fornecem um vasto leque de informações políticas, principalmente através dos telejornais, influenciando na estruturação de opiniões e atitudes políticas dos indivíduos. Desta forma, argumentamos que a cobertura negativa dos acontecimentos políticos – principalmente aqueles relacionados aos casos de corrupção – tem contribuído para reforçar o ceticismo e a apatia dos cidadãos em relação aos políticos e aos partidos políticos de uma forma generalizada.

Uma abordagem a respeito do impacto dos meios de comunicação como agência de socialização política sob o ângulo de sua influência sobre a informação e o conhecimento dos indivíduos acerca do mundo político foi proposta por Schmidt (2000). Segundo o autor, algumas vezes os resultados apontam que a mídia tem um poder educativo imenso, sendo responsável tanto pelo incremento do nível de informação dos cidadãos acerca do mundo, bem como pelo do cinismo, apatia e desinteresse a respeito da política, em outras

vezes os resultados demonstram que o poder da mídia é reduzido, mostrando que o nível de conhecimento político de massa não melhorou nas últimas décadas, apesar da intensificação do acesso aos meios de comunicação.

Numa perspectiva mais crítica, Baquero (2004, p 133) acredita que, no Brasil, os meios de comunicação têm “alimentado um cinismo de uma cidadania cínica por razões históricas”, na medida em que promovem a desvalorização da política, pelo conteúdo negativo dos noticiários, centrados no sensacionalismo, mais orientados para a exploração do conflito e não da substância. Verifica-se, em muitos casos, uma inconsistência na forma como as informações são divulgadas pelos meios de comunicação, como quando se explora o medo e o temor das pessoas ao informar que a criminalidade aumentou, quando, na verdade, as estatísticas mostram o contrário.

Entre os jovens, além da TV é importante destacar a atuação da internet e suas redes sociais, que estão presentes em boa parte das atividades de entretenimento e informação dos jovens. Por isso, para Moraes (2017), no passado a socialização política incorporava os valores e expectativas da cultura política por um processo intergeracional, através, principalmente, da família e da escola, mas, na atualidade, isso ocorre de forma híbrida, com as novas tecnologias de informação e comunicação interagindo com as agências socializadoras tradicionais. Neste sentido, a autora sugere que a internet, além dos demais meios de comunicação e agentes socializadores tradicionais, pode auxiliar, através da socialização política, para o surgimento de um novo tipo de cultura política juvenil no país.

Corrupção no Brasil

No processo de socialização política, o contexto do país é um importante elemento. No caso brasileiro, a corrupção é uma característica marcante da cultura política, o povo historicamente tem convivido com essa prática, além de diariamente exposto a cobertura midiática de escândalos de corrupção.

Casos de malversação de dinheiro público por agentes políticos ou por funcionários que deveriam prezar pelo bom funcionamento das instituições e acabam utilizando o controle de suas engrenagens para ganhos particulares são divulgados diariamente em telejornais, jornais impressos, revistas, rádios e por sites na internet. Essa cobertura midiática, segundo Speck (2000) interfere na percepção da corrupção, pois influencia a opinião pública, gerando uma sensação de impunidade. E esta convivência com a corrupção e com a percepção da impunidade ou da pouca severidade das punições aos corruptos – quando chegam a ser condenados - se traduz em uma naturalização prejudicial à democracia.

O tema da corrupção não é algo recente no cenário político brasileiro, pois ele esteve presente no debate político e no discurso das forças políticas em diferentes momentos da nossa história – notadamente nas rupturas de regimes, como a revolução de 1930, o golpe de 1964 e na transição da ditadura para a democracia no início dos anos 1980 (CARVALHO, 2008). Diversos autores já tentaram explicar a questão da corrupção do ponto de vista histórico, como Raimundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda e Roberto da Matta.

Para Holanda (1969), o problema da corrupção teria origem na herança deixada pelo mundo ibérico, mas estaria ligado mais a uma questão cultural. Para o autor a corrupção poderia ser explicada pela formação do caráter do brasileiro e sua natural desonestidade, seu senso de irresponsabilidade e indolência, sua cultura da cordialidade, incapaz de assimilar regras formais e marcada pela inaptidão para construir uma ordem pública e também uma democracia (HOLANDA, 1969).

Da Matta (1980), da mesma forma que Holanda, atribui o problema da corrupção ao caráter do brasileiro que teria a malandragem, o jeitinho e a busca desenfreada por vantagens como condicionantes, e que respeitaria a um processo moral definido no plano de uma cultura da personalidade. Estas características da personalidade do brasileiro, que resultariam na corrupção, representam estratégias de sobrevivência em meio a uma moralidade social marcada pela distinção (DAMATTA, 1980).

De acordo com Faoro (1975), a corrupção faz parte de um cotidiano de nossa constituição histórica que é resultado do patrimonialismo herdado de nossa colonização portuguesa, que deixou sua marca na formação do Estado. A corrupção, segundo o autor, seria a marca fundamental de uma sociedade cuja relação com o Estado é constituída pelo clientelismo, patronagem, patriarcalismo e nepotismo (FAORO, 1975).

Essas abordagens sobre a origem da corrupção têm sido questionadas por Filgueiras (2009). Segundo o autor, ao se centrarem no caráter do brasileiro – seja o da cordialidade, o da malandragem ou o da busca estratégica por privilégios –, não compreendem a corrupção por seu real alcance no plano da sociedade, não atentando para os processos mais amplos de configuração de uma sociologia política da corrupção no Brasil.

Esse argumento é tributário dos escritos de Bourdieu (1996) para quem a moral política não está inscrita na natureza humana. O autor sugeria que apenas uma “real política da razão e da moral” pode contribuir para implementar a instauração de um universo no qual todos os agentes e seus atos estariam submetidos – especialmente pela crítica – a uma espécie de teste de “universalizabilidade” permanente, instituído praticamente na própria lógica do campo político. (BOURDIEU, 1996).

Filgueiras (2009), na sua análise da cultura política concluiu que a corrupção no Brasil está ligada a atos ilícitos praticados por funcionários públicos, não percebendo a possibilidade de a corrupção poder ser praticada na dimensão privada. Assim, a cultura política vincula o tema da corrupção ao tema do Estado, sem perceber a corrupção que é praticada também no âmbito da sociedade.

No entanto, os dados de Filgueiras (2009) sobre a percepção da corrupção dos brasileiros corroboram com os encontrados por Baquero (2011), Moisés (2008) e Castro (2014), pois apontam para o fato de que a democratização brasileira ainda carece de efetivação de princípios e valores fundamentais que alicercem uma cultura política democrática.

Nesse sentido, nas duas últimas décadas, no que diz respeito ao combate à corrupção, apesar dos avanços das reformas da máquina pública serem importantes, tais como a exigência da

transparência, estamos ainda longe de institucionalizar elementos de uma cultura política democrática.

Cultura Política brasileira

Até a década de 1970, predominou no Brasil a chamada cultura política de lealdade e deferência, objeto de estudo de autores como Sérgio Buarque de Holanda (1969), Gilberto Freyre (1986), Raimundo Faoro (1975) e Paulo Freire (1992), caracterizada por padrões de autoritarismo, elitismo, estatismo, antiliberalismo, patrimonialismo, corporativismo, personalismo, populismo, apatia, antipartidarismo e anti-institucionalismo, traços presentes ainda hoje.

Diferentemente de países como EUA e Reino Unido, onde surgiu uma elite burguesa treinada na prática parlamentar, no Brasil, constituiu-se – entre a transferência do império colonial português e a independência – uma elite oriunda da burocracia militar e civil, o que levou a uma separação entre o Estado e a sociedade, levando a uma excessiva preeminência do Estado sobre a sociedade, tanto na vida política como na esfera econômica, criando-se uma tradição de mudanças vindas “do alto” em detrimento da participação da sociedade civil no processo de desenvolvimento histórico do país (SCHMIDT, 2000).

A partir da década de oitenta, com o processo de redemocratização do país, pós regime militar, proliferaram as pesquisas empíricas com o objetivo de identificar o tipo de cultura política dos brasileiros no novo regime (BAQUERO, 2001, 2003 e 2011; MOISÉS, 1995, 2008, 2010 e 2013).

Segundo Baquero (2004), as adversidades econômicas e sociais pelas quais o Brasil passa incidem diretamente na configuração da cultura política que se institucionaliza. Segundo o autor a possibilidade de uma participação política realmente efetiva e a construção de uma cultura política verdadeiramente democrática, no país, vem sendo obstaculizada, em sua história, pela presença de formas autoritárias de governo que propiciou a reprodução de valores de distanciamento e apatia, significando padrões atitudinais típicos de sistemas politicamente instáveis (BAQUERO, 2001).

De acordo com Moisés (2010), o golpe militar de 1964 e a transição para democracia em 1985 foram especialmente problemáticos, uma vez que a restauração da democracia se deu de forma pactuada entre às elites e restrita à eleição indireta, em despeito das demandas da população que foi às ruas pelas “Diretas Já”. Para o autor a cultura política brasileira é uma cultura política de resignação, com indivíduos ambivalentes, caracterizada pelo clientelismo, populismo, atitude deferencial diante das autoridades, manipulação, apatia política e, por último, antipartidarismo e anti-institucionalismo.

Em estudo realizado em 2008, Baquero identifica a cultura política do brasileiro como uma cultura política híbrida, que se caracteriza pela internalização e naturalização, por parte dos cidadãos, da ineficiência e da pouca importância atribuída às instituições da democracia representativa, em que se mesclam atitudes democráticas, autoritárias e atitudes de apatia e distanciamento das instituições políticas.

Tal cenário mostra uma incongruência entre o apoio à democracia e a falta de confiança das pessoas nas instituições políticas. Essa incongruência é influenciada por uma infinidade de fatores que são internalizados pelo processo de socialização política e que dificultam a formação de uma cultura política democrática.

Além da incongruência, a presença de crises econômicas e políticas contribuiu para uma crise democrática que vem se manifestando no desapego dos cidadãos aos princípios democráticos e na desconfiança em relação às instituições democráticas, aos partidos políticos e aos representantes em geral. Observa-se pouca participação política dos cidadãos, um retrato da baixa identificação destes com os mecanismos tradicionais de representação, o que favorece a apatia política.

Acrescenta-se a isso, a reiterada ocorrência de crises que obrigam uma população a enfrentar problemas imediatos no campo econômico e social, além de conviver com altos níveis de desigualdade social e déficit de oportunidades emancipatórias, dificultando a institucionalização de uma base sólida de apoio às instituições democráticas. Assim, a baixa qualidade da democracia numa sociedade está diretamente ligada a problemas materiais básicos como transporte, saúde, educação e habitação.

Além disso, a manutenção de relações políticas clientelísticas, baseadas no uso do bem público para o interesse privado e a sensação de impunidade adquirida no convívio diário – fortalecida pela mídia – com inúmeros casos de corrupção e malversação de recursos públicos favorecem a criação de um clima de incerteza e de confusão que em nada contribuem para a superação de traços históricos da cultura política que impossibilitam uma democracia realmente eficiente e participativa. Nesse cenário poderia uma nova cultura política se materializar através das novas tecnologias de comunicação como a internet?

Meios de comunicação no processo de socialização política

Os meios de comunicação, em especial a internet, tornaram-se importantes agentes socializadores dos jovens. Segundo Strasburger (1999), o tempo de utilização dos meios de comunicação, considerando a TV e a internet, chega a 55 horas por semana, assim como com os dados da Pesquisa Brasileira de Mídia (2016) – cujos 19% da amostra eram de jovens entre 16 e 24 anos -, que aponta que 77% das pessoas assiste TV todos os dias, sete dias por semana, e 50% fazem uso da internet da mesma forma. Esses canais são além de fontes de informação, espaços de entretenimento, onde os jovens criam laços sociais e criam identidades coletivas.

No caso dos jovens do Sul do Brasil, a média geral em Porto Alegre é de 3 horas para utilização da TV e 9 horas para internet; em Florianópolis é de 2 horas para TV e 9 horas para internet; e em Curitiba é de 3 horas para TV e 10 horas para internet. Além do tempo utilizando estes meios, percebe-se que estes são os meios preferidos dos jovens pela frequência com que se informam por eles para saberem sobre assuntos políticos, conforme a Tabela 1. Ou seja, é através destes meios que os jovens tomam conhecimento sobre os casos de corrupção no âmbito do poder público.

Tabela 1 – Quando você quer saber mais sobre assuntos políticos, com que frequência você se informa pelos canais listados abaixo? (%)

	TV	Rádio	Internet	Jornal Impresso ou Revista
Sempre	22,9	4,7	52,2	12,1
Às vezes	53,4	39,1	32,7	47,8
Nunca	23,8	56,2	10,1	40,1
Total	100	100	100	100

Fonte: Nupesal, 2016.

Conforme os dados, percebe-se que os jovens do Sul do país indicam preferência pela internet (52,2%) e pela TV (22,9%) na hora de se informarem por assuntos políticos. Ou seja, a cobertura midiática da internet e da TV impactam mais na opinião dos jovens sobre a corrupção, política e instituições políticas. Além disso, segundo os dados da Tabela 2, a internet é considerada por eles uma das instituições mais importantes na hora de formar sua opinião sobre assuntos políticos, ficando em segundo lugar (19,5%) como a primeira mais importante - atrás apenas da família (39,7%) - e em primeiro lugar (24,5%) como a segunda mais importante, conforme pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2 – Na hora de formar uma opinião sobre assuntos políticos, quais das instituições abaixo você considera mais importante? Em primeiro e em segundo lugar (%)

	1º	2º
Família	39,7	15
Igreja	3	6,4
Escola	17,9	17,6
Amizades	2,7	9,7
Televisão	9,2	13
Rádio	0,8	3,3
Jornal	7,2	10,5
Internet	19,5	24,5
Total	100	100

Fonte: Nupesal, 2016.

Complementar a estes dados, tem-se um bom indicador do quanto os jovens estão expostos às notícias sobre corrupção através da mídia – majoritariamente a TV e a internet – ao analisar as suas respostas frente à seguinte proposição: Diga a primeira palavra que vem na sua cabeça quando pensa em política, políticos e partidos políticos. As palavras que mais apareceram para “política” foram corrupção (459 vezes) e roubo (93 vezes); para “políticos”, foram corruptos (440 vezes) e corrupção (372 vezes); e também para “partidos políticos”, as palavras corrupção (167 vezes) e corruptos (95 vezes). Outras adjetivações que denotam a imagem negativa da política e de seus agentes, perante a juventude, vêm logo em seguida, como as mais citadas. Ladrões (214 vezes para “políticos” e 55 para “partidos políticos”), ladrão (52 vezes para “políticos”), além de mentirosos (41 vezes), quadrilha (36 vezes) e máfia (21 vezes) para “partidos políticos”. O número de vezes que estas palavras foram citadas

é um dado importante, pois a média geral de citações de todas as palavras é em torno de uma ou duas citações, ou seja, enquanto a maioria das palavras foi citada uma única vez entre os 2035 entrevistados, a palavra corrupção foi citada 459 vezes. A única palavra que também merece destaque, por ter sido citada 50 vezes quando perguntado sobre “política”, que não tem um significado pejorativo é a palavra democracia.

Ao verificar que os jovens passam muitas horas do seu dia assistindo TV e conectados na internet, e que estes percebem a política como algo negativo, relaciona-se a exposição aos conteúdos sobre corrupção e o baixo interesse por política, a baixa confiança nas instituições políticas e a baixa participação política nas seções a seguir.

Interesse e participação

Para identificar o impacto da exposição aos casos de corrupção sobre o de interesse dos jovens pela atividade política foi realizado o cruzamento do tempo que os jovens passam utilizando a internet e a TV com a questão sobre seu interesse por política e participação política. Considerando que o uso da expressão “participação política”, na Ciência Política, é geralmente aplicada para designar diversas atividades, entre as quais a militância em partidos políticos, a participação em manifestações e em agremiações políticas (SANI, 1986), foram selecionadas questões que versam sobre estes três tipos de participação, bem como sobre o interesse por política, apresentadas nas tabelas a seguir.

Tabela 3 – Interesse por política (%)

		Muito	Pouco	Nenhum interesse	Total
Até 3h	TV	24,60	59,50	15,90	100,00
	Internet	23,50	56,00	20,40	100,00
3h e 5h	TV	17,60	61,30	21,10	100,00
	Internet	27,50	58,10	14,40	100,00
Mais de 5h	TV	8,80	63,20	28,00	100,00
	Internet	19,70	62,80	17,60	100,00

n 2035/ TV p < ,000 internet p < ,006

Fonte: Nupesal, 2016.

A Tabela 3 indica que, de um modo geral, os jovens apresentam pouco interesse por política (em média 60% dos jovens), seja para os que usam a TV ou a internet, tendo um leve aumento no percentual conforme aumenta o tempo de uso destes meios. Porém, com relação às faixas de “muito interesse” e “nenhum interesse” por política, podemos observar que quanto menor o tempo de utilização da TV maior o percentual de interessados em política, em uma relação inversamente proporcional. Já no que diz respeito ao tempo de uso da internet nestas duas faixas, não se observa tal relação, havendo um aumento do percentual de interesse de 4% de “menos de 3 horas de uso” para o “uso entre 3 e 5 horas” e uma redução de 7,8% para os que fazem uso da internet por mais de 5 horas.

A Tabela 4 apresenta o percentual de participação dos jovens em partidos políticos em função do tempo do uso da TV e da internet.

Tabela 4 – Participação em Partidos Políticos (%)

		Participo	Já participei	Não participo	Total
Até 3h	TV	0,80	2,20	98,10	100,00
	Internet	1,70	1,10	97,20	100,00
3h e 5h	TV	1,10	1,40	97,50	100,00
	Internet	0,00	1,70	98,30	100,00
Mais de 5h	TV	2,20	2,20	95,50	100,00
	Internet	0,90	1,10	98,00	100,00

n 2035 TV p < ,250 internet p < ,176

Fonte: Nupesal, 2016.

Os dados da tabela condizem com o pouco interesse da maioria dos jovens por política. A quase totalidade dos jovens não participa de partidos políticos, ficando o percentual entre 95,5% e 98,1% para as três faixas de tempo de uso tanto da TV quanto da internet, porém o percentual daqueles que participam ou já participaram, para o uso de tempo de TV apresenta um comportamento inverso ao da Tabela 3, tendo uma tendência ao aumento do número de participantes conforme se eleva o tempo de uso da TV, representando uma relação diretamente proporcional. Já para o tempo de uso da internet não se observa relação direta ou inversa, tendo, por exemplo, o mesmo percentual de jovens que já participaram de partidos políticos na faixa de uso de até 3 horas para os que usam por mais de 5 horas, assim como não registrando nenhum jovem que participa de partido político na faixa de uso entre 3 e 5 horas de internet.

Com relação a participação em manifestações, protestos e passeatas, observa-se um aumento no percentual de participação em ambos os meios de comunicação nas três faixas de tempo de utilização.

Tabela 5 – Participação em manifestações, protestos, passeatas (%)

		Participo	Já participei	Não participo	Total
Até 3h	TV	12,50	30,70	56,90	100,00
	Internet	10,20	29,00	60,80	100,00
3h e 5h	TV	10,10	28,30	61,60	100,00
	Internet	13,10	31,80	55,10	100,00
Mais de 5h	TV	7,60	25,10	67,30	100,00
	Internet	12,00	29,90	58,10	100,00

n 2035/ TV p < ,063 internet p < ,514

Fonte: Nupesal, 2016.

A tendência entre os jovens à maior participação política nas modalidades de participação vinculadas à demonstração de insatisfação com o poder público, diferentes das tradicionais instâncias de representação, como os partidos políticos, pode estar relacionada à dificuldade destes canais de representação política em articular os interesses dos distintos grupos sociais presentes na sociedade brasileira. Adicionalmente às frequentes notícias de casos de corrupção nos quais se encontram

envolvidos muitos partidos, vem gerando um distanciamento e uma avaliação negativa da população em relação às tradicionais instituições políticas.

Mesmo com este aumento com relação à participação em manifestações, protestos e passeatas frente à participação em partidos políticos, o percentual ainda é baixo, ficando em torno de 40% de modo geral. Ou seja, mesmo na participação política do tipo não tradicional, os jovens não apresentam alta predisposição para participarem.

A tendência de baixa participação também se confirma quando cruzados os tempos de utilização da TV e da internet com a participação no grêmio estudantil, como pode ser observado na Tabela 6.

Tabela 6 – Participação em manifestações, protestos, passeatas (%)

		Sim	Não	Total
Até 3h	TV	11,50	88,50	100,00
	Internet	12,20	87,80	100,00
3h e 5h	TV	12,50	87,50	100,00
	Internet	9,60	90,40	100,00
Mais de 5h	TV	10,60	89,40	100,00
	Internet	11,80	88,20	100,00

n 2035/ TV p <, 920 internet p <, 785

Fonte: Nupesal, 2016.

Ao contrário da tendência encontrada nas Tabelas 4 e 5 para o tempo de uso da TV, na Tabela 7 o maior percentual de participação foi encontrado na faixa de utilização entre 3 e 5 horas, não se observando qualquer relação de proporcionalidade. Também para o tempo de uso da internet, foi encontrado um resultado inverso ao observado nas Tabelas 4 e 5, tendo ficado o menor percentual de participação em grêmio estudantil na faixa de utilização de internet entre 3 e 5 horas.

Apesar de não se encontrar um impacto significativo entre o tempo de uso da TV e da internet no interesse por política dos jovens no Sul do Brasil, percebe-se que há um baixo interesse, e que os jovens tendem a não participar das instituições políticas. De maneira geral esta parece ser uma tendência consistente e estrutural de diminuição do interesse dos jovens em participarem da arena política, mesmo com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação, que poderiam ser estimuladores de interesse político, mas que, no entanto, parecem agravar o sentimento negativo em relação à política.

Confiança

Existem inúmeros entendimentos acerca do significado do termo confiança, mas usualmente se considera que confiança é a crença de um indivíduo na ação futura das pessoas e/ou instituições, tendo como referência suas atuações passadas. É o repertório de cumprimento (ou não) das suas funções normativas que constituirá a intensidade da confiança a ser depositada (MOISÉS, 2005).

Para avaliar como a exposição da corrupção pela mídia tem afetado a confiança dos jovens nas instituições, foram selecionadas questões referentes aos partidos políticos, à presidência da república e ao poder judiciário, por serem três instituições representativas do ponto de vista do funcionamento e da manutenção da democracia e que têm seus agentes envolvidos diretamente nos processos relacionados aos casos de corrupção.

Tabela 7 – Confiança nos partidos políticos (%)

		Confio	Confio mais ou menos	Não confio	Total
Até 3h	TV	0,40	27,30	72,30	100,00
	Internet	0,80	27,30	71,90	100,00
3h e 5h	TV	0,40	26,00	73,70	100,00
	Internet	0,00	31,50	68,50	100,00
Mais de 5h	TV	1,60	26,90	71,40	100,00
	Internet	0,50	25,60	73,90	100,00

n 2035/ TV p < , 266 internet p < , 190

Fonte: Nupesal, 2016.

A Tabela 7 indica que, em todas as faixas de tempo de uso da TV, mais de 70% dos jovens não confia nos partidos políticos, sendo que o percentual dos que confiam pouco se altera com o aumento do tempo de uso da TV, mantendo-se abaixo de 1,6%. Quanto aos valores percentuais da confiança nos partidos políticos encontrados para o tempo de uso da internet temos também uma baixa confiança, que não ultrapassa 0,8% para o uso da internet de até 3 horas e mais de 5 horas, e não apresentando nenhum ponto percentual para a faixa entre 3 e 5 horas de uso da internet. Os percentuais para o uso da TV e da internet mantém valores muito aproximados para a falta de confiança nos partidos políticos, mantendo-se próximo aos 70%.

Os percentuais para a confiança nos partidos políticos estão próximos aos da confiança no presidente da república, ficando pouco abaixo dos 70%, não apresentando diferença significativa entre os tempos de uso da TV e da internet, em qualquer faixa de tempo. Embora os percentuais dos entrevistados que confiam no presidente, nas três faixas de tempo de uso tanto da TV quanto da internet, sejam de 3 a 4 vezes maiores do que os percentuais dos que confiam nos partidos políticos, ainda assim os valores são muito baixos, não ultrapassando 3,6%, sendo que também não há diferença significativa entre as faixas de tempo. O maior percentual de confiança para o uso da TV ficou na faixa de tempo acima de 5h (3,4%) enquanto que para a internet ficou em até 3h de uso (3,6%), representando uma relação inversa entre o tempo de uso dos meios de comunicação. Entre os que confiam no presidente, observa-se um aumento do percentual conforme aumenta o tempo de uso da internet, não havendo esta relação no caso do tempo de uso da TV.

Tabela 8 – Confiança no presidente (%)

		Confio	Confio mais ou menos	Não confio	Total
Até 3h	TV	2,70	30,00	67,30	100,00
	Internet	3,60	29,30	67,10	100,00
3h e 5h	TV	2,20	30,70	67,10	100,00
	Internet	3,10	33,30	63,60	100,00
Mais de 5h	TV	3,40	29,10	67,60	100,00
	Internet	2,20	29,20	68,60	100,00

n 2035/ TV p < ,954 internet p <, 265

Fonte: Nupesal, 2016.

Com relação à confiança no judiciário, podemos observar a predominância dos jovens que responderam que confiam mais ou menos (acima de 51%), bem como um menor percentual dos que não confiam no judiciário comparando-se com os partidos políticos e presidente da república, ficando entre 30,8% e 36,8% nas três faixas de tempo de uso tanto da TV quanto da internet, como pode ser visto na Tabela 9 abaixo.

Tabela 9 – Confiança no judiciário (%)

		Confio	Confio mais ou menos	Não confio	Total
Até 3h	TV	12,30	52,10	35,50	100,00
	Internet	12,20	51,00	36,80	100,00
3h e 5h	TV	11,10	58,10	30,80	100,00
	Internet	13,40	55,50	31,00	100,00
Mais de 5h	TV	14,10	52,00	33,90	100,00
	Internet	11,90	53,00	35,00	100,00

n 2035/ TV p < ,414 internet p <, 558

Fonte: Nupesal, 2016.

O percentual de jovens que confia no judiciário ficou entre 11,1% e 14,1% para os tempos de uso da TV e internet, sendo valores cerca de 3 a 4 vezes maiores que os encontrados para a confiança no presidente e chegando a 16 vezes aos encontrados para os partidos políticos. Somados os jovens que confiam com os que confiam mais ou menos, temos, para o judiciário, percentuais de quase 70%, em média, enquanto que para os partidos políticos e presidente não chegam a 34%.

De forma geral, os dados examinados indicam que o jovem do Sul do Brasil não confia nas instituições políticas, resultando em reduzido interesse pela política. A exposição diária que a mídia faz dos escândalos de corrupção corroboram para essa baixa confiança, que já é um aspecto enraizado na cultura política brasileira.

Na questão relacionada à afirmação de que “não adianta participar da política, pois nunca muda” – com um resultado de 49,2% do total de jovens que discordam da afirmação – e para a afirmação de que “a participação das pessoas é importante para resolver os problemas no país” – com um total de 2,6% que discorda –, verifica-se que existe entre praticamente a metade dos jovens uma

descrença com relação à participação política, mas que a maioria deles acredita que outras formas de participação.

Conclusão

Com base na abordagem da cultura política, buscou-se compreender as formas como estes aspectos da cultura política do brasileiro são internalizados pelos jovens, considerando o alcance que os meios de comunicação de massa têm entre eles em idade escolar e a ampla divulgação dos escândalos envolvendo os agentes políticos.

Os resultados de grande parte dos estudos sobre socialização política sugerem que a família continua sendo o primeiro agente socializador dos jovens e a escola o segundo. No entanto, os dados analisados neste trabalho indicam que a mídia, em especial a internet, vem substituindo a escola como segundo agente socializador. Apesar desse novo agente socializador estar se destacando na socialização política dos jovens, que a cultura política juvenil que está se constituindo no Sul do país mantém os altos níveis de apatia política e de desconfiança institucional, bem como os baixos níveis de participação política, seja do tipo tradicional quanto não tradicional.

No período de realização das entrevistas, os anos de 2015 e 2016, já estava em andamento a operação Lava-Jato da Polícia Federal – iniciada em 2013 –, que revelou o esquema de corrupção na Petrobras, no qual estavam envolvidos diversas empreiteiras, doleiros e políticos de diversos partidos. Tal operação vinha ocupando grande espaço na programação dos telejornais, como na mídia em geral, o que pode explicar a diferença entre os percentuais de confiança dos jovens nas três instituições. Enquanto os políticos e seus partidos eram citados nos meios de comunicação como envolvidos diretamente nos esquemas de corrupção, a presidente Dilma Rousseff era citada indiretamente, por seu partido o PT, que tinha vários políticos envolvidos, enquanto o poder judiciário, na figura de juízes e promotores, a instituição responsável pelas prisões e condenações. Desta forma, a confiança na presidente (2,2 % a 3,6%) com percentuais um pouco maiores com relação aos partidos políticos (0,4% a 1,6%) e o judiciário (11,1% a 14,1%) com percentuais bem maiores de confiança em relação às outras duas instituições.

Partindo-se da constatação da confirmação de que há uma baixa confiança em algumas instituições, encontramos que existe entre praticamente a metade dos jovens uma descrença com relação à participação política, mas que a maioria deles acredita que outras formas de participação – consideradas fora do campo da política – são importantes para a democracia. É nítido que para eles “participar da política” significa o engajamento em partidos, o envolvimento com a esfera institucional da política, tão vinculada aos escândalos de corrupção divulgados pela mídia, mas que o cidadão, no seu cotidiano, encontra outras formas de participar da democracia. Desta forma, pode-se entender que a diminuição da confiança nas instituições não provoca a descrença nos processos democráticos entendidos fora do âmbito da política institucional, mas sim quanto aos processos formais da democracia.

Embora tenha sido constatado na tabelas 4 que, de um modo geral, os jovens apresentam pouco interesse por política (em média 60% dos jovens), seja para os que usam a TV ou a internet,

tendo um leve aumento no percentual conforme aumenta o tempo de uso destes meios, e que nas faixas de “muito interesse” e “nenhum interesse” por política, podemos observar que quanto menor o tempo de utilização da TV (Tabela 4) maior o percentual de interessados em política, em uma relação inversamente proporcional, na tabela 5 – tempo de TV x participação em partidos políticos – se obteve uma relação contrária: quanto maior o tempo de utilização da TV maior o percentual de participação. Bem como não se observou relação de proporcionalidade nas tabelas seguintes, demonstrando que não existe relação entre o tempo de exposição aos veículos de comunicação de massa – e, portanto, às notícias de corrupção – e a participação política, principalmente no que diz respeito à internet, cujos percentuais de interesse e participação dos jovens do sul do Brasil não demonstraram qualquer regularidade com os tempos de uso em nenhum dos cruzamentos.

Tal conclusão vai ao encontro dos resultados encontrados por Moraes (2017), os quais indicaram que, no Brasil, a influência do uso da internet no fortalecimento da democracia é inconclusiva e que a democracia brasileira está, no momento, exclusivamente ligada à midiatização do contexto político, com escândalos e denúncias de corrupção.

Embora alguns estudos apontem efeitos opostos quanto ao papel da mídia, ora indicando que ela promove a desmobilização popular em relação à política, ora apontando que os cidadãos que acessam noticiários sobre política são os politicamente mais participativos (MESQUITA, 2010; SCHMIDT, 2000), neste trabalho argumentamos que no Brasil, os meios de comunicação tendem a promover a desvalorização da política, pelo conteúdo negativo dos noticiários centrados no sensacionalismo, notadamente nos casos de corrupção, contribuindo para a constituição de uma cultura política de desconfiança, desinteresse e apatia.

Referências

- ALMOND, Gabriel A. Um método funcional para o estudo da política comparada. In: ALMOND, Gabriel A.; COLEMAN, James S. (Orgs.). *A política das áreas em desenvolvimento*. Rio de Janeiro: USAID, 1969. p. 13-68.
- ALMOND, G. A.; POWELL, G. B. *Uma teoria de política comparada*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1972.
- AMORIM, Maria Salete de. Cultura política e participação democrática. In: ____ (Org.). *Democracia e participação: dimensões do neoliberalismo e da globalização*. Porto Alegre: Escritos Editora, 2008. p. 107-128.
- BAQUERO, Marcello. O papel dos adolescentes no processo de construção democrática no Brasil: um estudo preliminar de socialização política. *Cadernos de Ciência Política*, Porto Alegre, n. 8, p. 3-34, 1997.
- BAQUERO, Marcello. Socialização política e formação da personalidade política: uma perspectiva comparada. In: SCHMIDT, Rita Terezinha (Org.). *Nações/Narrações Nossas Histórias e Estória*. Porto Alegre: ABFA, 1998.
- BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 4, 2001.
- BAQUERO, Marcello. *Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil*. In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, 21, p. 83-108, 2003.

- BAQUERO, Marcello. Um caminho “alternativo” no empoderamento dos jovens: capital social e cultura política no Brasil. In: BAQUERO, M. (Org.). *Democracia, juventude e capital social no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- BAQUERO, Marcello. Padrões de Constituição da Cultura Política na América Latina no Século XXI. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Cultura(s) Política(s) e Democracia no Século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.
- BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute. Educando para a democracia: valores democráticos partilhados por jovens portoalegrenses. *Ciências Sociais em Perspectiva*, v. 6, p. 139-153, 2007.
- BAQUERO, Marcello; CUNHA, Patrícia. A corrupção como limite à participação política juvenil: um estudo em democracias sul-americanas. In: BAQUERO, R.; NAZZARI, R. K. (Orgs.). *Formas de (ex) pressão juvenil e (in)visibilidade social*. Cascavel: Coluna do Saber, 2010, p. 55-78.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas Sobre a teoria da ação*. Campinas: Ed. Papyrus, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. Passado, presente e futuro da corrupção brasileira, In: AVRITZER, L., et al. (Orgs.). *Corrupção: ensaios e crítica*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- CASTRO, Henrique C. de O de. Cultura Política, Democracia e Hegemonia na América Latina. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 5, n. 2. Universidade de Brasília, 2014.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis. Uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1980.
- EASTON, David; DENNIS, Jack. *Children in political system: origins of political legitimacy*. New York: McGraw-Hill, 1969.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro, Globo, 1975.
- FILGUEIRAS, Fernando. A Tolerância à Corrupção no Brasil: Uma Antinomia entre Normas Morais e Prática Social. *Opinião Pública*, v. 15, n. 2, p. 386-421. 2009.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*, São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala* 25. ed. RJ: José Olympio. 1986.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- KEIL, Ivete. Dos jovens contestadores aos jovens de hoje: uma nova forma de participação na pólis? In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Democracia, juventude e capital social no Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.
- LUCAS, João Ignácio Pires. Juventude e antipolítica no Brasil. Um estudo de cultura política e ideologia. 2003. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- MESQUITA, Nuno Coimbra. Jornal Nacional, democracia e confiança nas instituições democráticas. In: MOISÉS, J. A. (Org.). *Democracia e confiança: porque os cidadãos comuns desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: Edusp, 2010.

- MOISÉS, José Álvaro. Os brasileiros e a democracia. Bases Socio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo, Ática, 1995. MOISÉS, José Álvaro. Estrutura institucional do setor cultural no Brasil. In: MOISÉS, José Álvaro (Org.). *Cultura e democracia*. Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura, 1995, p.13-55.
- MOISES, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião Pública*, v. 11, n. 1, p. 33-63, 2005.
- MOISÉS, José Álvaro de. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 11-43, 2008.
- MOISÉS, José Álvaro. *Democracia e confiança: Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: Edusp, 2010.
- MOISÉS, José Álvaro. Cidadania, confiança política e instituições democráticas. In.: MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, Rachel (Org.). *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo: EDUSP. 2013.
- MORAIS, Jennifer Azambuja de. Cultura Política e Capital Social: os efeitos do uso da internet na socialização de jovens no Sul do Brasil. Tese de doutorado. 286 f. 2017. PPG de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2017.
- NAZZARI, Rosana Kátia. Capital social e socialização política dos jovens no Brasil. *Educação Unisinos*, v. 9, p. 145-154, 2005.
- NUPESAL. Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina. *Banco de dados Democracia, mídias e capital social: Um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil (Porto Alegre)*. 2015-2016.
- PESQUISA BRASILEIRA DE MÍDIA, 2016. Disponível em <<http://pesquisademidia.gov.br/#/Geral/details-917>>. Acesso em 11 dez. 2017.
- ROBALLO, José Henrique. Cultura política, socialização política e internet: um estudo de caso com os estudantes de ensino médio de Rio Pardo/RS. 2011. *Dissertação (Mestrado)*. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011.
- SANI, Giacomio. Participação política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola;
- SCHMIDT, João Pedro. Juventude e Política nos Anos 1990: Um estudo de socialização política no Brasil. 392 f. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.
- SCHMIDT, João Pedro. *Juventude e Política no Brasil a socialização política nos jovens na virada do milênio*. Santa Cruz do Sul. EDUNISC. 2001.
- SILVEIRA, Angelita; AMORIM, Maria Salete. Socialização política e capital social: uma análise da participação da juventude no contexto escolar e político. *Educação Unisinos*, v. 9, n. 2, p. 155-163, 2005.
- SPECK, Bruno. Mensurando a Corrupção: Uma Revisão de Dados Provenientes de Pesquisas Empíricas. *Cadernos Adenauer*, v. 10, p. 3-40. 2000.
- STRASBURGER, Victor. *Os adolescentes e a mídia: impacto psicológico*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Marcus Vinícius Deorriste dos Santos é Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: santos@ufrgs.br.

Marcello Baquero é Professor Titular do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: nupesal@gmail.com.

Jennifer Azambuja de Moraes é Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pós-doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: jennifer.amorais@gmail.com.